

14 NOV 1992

le 1992 — GAZETA MERCANTIL

POLÍTICA ECONÔMICA

Economia Brasil

Medidas de curto prazo para permitir expansão de 2% do PIB no próximo ano

por Claudia Safatle
de Brasília

A equipe econômica do governo Itamar Franco começou a desenhar os contornos da política econômica de curto prazo, a partir da definição de alguns princípios básicos que orientarão o uso dos instrumentos de política monetária, cambial, salarial, de tarifas públicas e política fiscal.

“Serão utilizados todos os instrumentos disponíveis para reduzir a inflação e as taxas de juro e retomar o crescimento econômico”, disse uma fonte qualificada da equipe econômica, salientando que a expectativa do governo é criar as condições para que o País interrompa o ciclo recessivo e comece, já em 1993, a registrar uma taxa de crescimento de pelo me-

nos 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os detalhes ainda não estão claros e novas reuniões serão feitas nesta semana, para que o plano de curto prazo possa ser anunciado logo após o pronunciamento do presidente em exercício, Itamar Franco, dia 18 próximo, quarta-feira, no Congresso Nacional.

A taxa de câmbio, por exemplo, não poderá ser administrada de uma forma inflacionária; as tarifas do setor público não serão reajustadas “pari passu” com a inflação; e é lícito prever alguma mudança na política salarial, ainda que apenas na direção de aumentar dos atuais 50% da inflação decorrida, a correção salarial do bimestre.

Dois princípios na área cambial são: primeiro, não acumular mais reservas

cambiais em 93, mantendo-as no mesmo nível dos atuais US\$ 23 bilhões, aproximadamente; e praticar uma política cambial realista, porém não inflacionária, o que permite supor que o câmbio não andarà à frente da inflação.

Sem ter que acumular reservas cambiais e dispor de uma reforma fiscal que permita resgatar parte da dívida interna — uns 10% do principal no próximo ano — é possível imaginar na ótica do governo, que as taxas de juro poderão ser declinantes.

Na última sexta-feira, os ministros do Planejamento, Paulo Haddad, e da Fazenda, Gustavo Krause, estavam mais aliviados, segundo relato de assessores, pois teriam conseguido convencer o presidente em exercício, Itamar Franco, da impossibilidade de utili-

zar as tarifas públicas como instrumento de política antiinflacionária.

A equipe econômica acredita, também, que, com a credibilidade do atual governo associada a uma administração ortodoxa da política econômica e com a aprovação da reforma fiscal, as empresas tenderão a elevar a produção com menor remarcação de preços.

O crescimento econômico viria, assim, pelo aumento da oferta de bens e serviços pelo setor privado, desde que consolidada a expectativa de estabilidade nas regras do jogo. Essa tese seria reforçada, também, pela determinação da equipe econômica de reduzir, ainda que paulatinamente, o estoque da dívida pública, por meio de resgates de títulos com recursos fiscais.